



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

DESPACHO

1. Trata-se de proposta para a realização do curso **“SICX e e-Marketplace no Setor Público”**, promovido pelo Instituto Brasil Planeja Ltda., a ser realizado nos dias **30 de setembro e 1º de outubro de 2026**, das 9h às 18h, com carga horária total de 16 (dezesesseis) horas, contemplando **3 (três) vagas regulares, na modalidade presencial, em Brasília/DF, e 2 (duas) vagas em cortesia, na modalidade on-line (2744562)**.

2. A ação de capacitação foi demandada pela **Secretaria de Administração (SAD)** para participação dos(as) seguintes servidores(as):

PARTICIPANTES		
Matrícula	Nome	Cargo/Função
1918	Naiara Santos da Cunha	Chefe da Seção de Compras
2336	Thiago de Andrade Marques	Coordenador de Contratações
2424	Janaína Ribeiro Nunes Soares	Chefe de Materiais e Patrimônio
1190	Renata Lícia Gonçalves de Santana Alves	Chefe da Seção de Elaboração de Editais
2493	Natália da Costa Munaretto	Coordenadora de Gestão Administrativa

3. Foi realizada nova verificação da regularidade do citado Instituto, tendo sido comprovada a validade da documentação exigida, inclusive quanto às certidões fiscal, trabalhista, bem como perante o CADIN, não subsistindo óbices à contratação, conforme documento nº 2767419. Consta, ainda, nos autos, a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (2744636).

4. Ante o exposto, considerando o Parecer COJU nº 2755283, cujos fundamentos adoto neste ato ([art. 50, § 1º, c/c o art. 69 da Lei nº 9.784/1999](#)), bem como o Despacho SEDUC nº 2759985, o qual demonstra a necessidade da capacitação pretendida e a regularidade da instrução processual, **declaro** a inexigibilidade do procedimento licitatório, com base no art. 74, III, alínea "f", da [Lei nº 14.133/2021](#), **aprovo** a realização da despesa no valor de **R\$ 11.991,00 (onze mil novecentos e noventa e um reais)** e **autorizo** a contratação do referido instituto, para a realização da capacitação acima especificada.

5. **À Comissão Permanente de Contratação (CPC)**, para registro do presente ato de Inexigibilidade de Licitação no Portal Nacional de Compras do Governo Federal e demais providências de sua alçada.

6. **À Secretaria de Administração (SAD)**, para publicação no Portal do CNJ, bem como para ciência dos(as) servidores(as) interessados(as).

7. À **Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF)**, para emissão de nota de empenho e posterior encaminhamento à Seção de Gestão de Contratos (SEGEC), para registro do contrato/empenho no Portal Nacional de Compras do Governo Federal (PNCP).

8. À **Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)**, com vistas à **Seção de Educação Corporativa (SEDUC)**, para prosseguimento.

Bruno César de Oliveira Lopes

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, DIRETOR-GERAL - DIRETORIA-GERAL**, em 15/09/2026, às 17:29, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2768042** e o código CRC **064A5075**.

16942/2026

2768042v5